

São Francisco Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Senhores Acionistas,

A Administração da São Francisco Energia S.A. (SFE), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, com uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A SFE foi constituída em 18 de dezembro de 2015, tendo como objeto social a produção de energia, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), por meio de usinas termelétricas e a comercialização da energia gerada, podendo importar óleo combustível e demais derivados de petróleo necessários a seu processo produtivo.

Como subsidiária da Global Participação de Energia em Energia S.A., adquiriu em 2021 os ativos operacionais de três Usinas Termelétricas (UTES), localizadas em Camaçari-BA, integrantes do "Projeto Goytacazes" que constituíam o "Polo Camaçari", de titularidade da Petrobras, em processo amparado pelo Decreto 9.188/2017, que instituiu o processo de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

A etapa de transição, para a Companhia assumir a operação dos ativos, teve início com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças em 03/05/2021, tendo a SFE assumido a gestão, operação e manutenção das usinas após o cumprimento das condições suspensivas previstas no contrato, em 06/12/2021.

As UTES Apoena (151,7 MW, anteriormente denominada Muricy), Guarani (150,0 MW, anteriormente Arembepe) e Curumim (31,8 MW, Bahia I - Camaçari) detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), transferida do antigo titular para a SFE por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2022, que autorizam a Companhia a se estabelecer como PIE, implantar e explorar as referidas unidades geradoras.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

A Companhia é uma controlada da Global Participações em Energia S.A. (GPE). O Grupo Global possui estratégias para atuações socioambientais a fim de manter-se alinhado ao

conceito ESG – *Environmental, Social and Governance*, estando em constante desenvolvimento na área de Governança, com uma gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional.

Com o objetivo de divulgar as ações adotadas pelo Grupo que contribuem para a busca por harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos, foi desenvolvido o 1.º Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE referente ao ano de 2023 e divulgado no site do Grupo.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2023, as UTEs Apoená, Guarani e Curumim injetaram no sistema 17.991 MWh (não foram requisitadas pelo ONS em 2022).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros se apresentam adequados aos requisitos dos contratos de financiamento, atendendo aos *covenants* preestabelecidos, possibilitando manutenção da adequada classificação dos saldos de financiamento no longo prazo.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

Observe-se a seguir os resultados de 2023 comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2022 (entre parênteses):

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 295,8 milhões (258,0 milhões, em 2022). Variação positiva de 14,7%, explicada pela geração no último bimestre de 2023. Em 2022 não teve geração.

Custos e despesas operacionais, R\$ 138,1 milhões (R\$ 123,4 milhões, em 2022), apresentaram incremento de 11,9%. Variação que decorreu principalmente dos custos de operação e manutenção (O&M) que em 2023 foram de R\$120,7 milhões (R\$ 105,9 milhões, em 2022) representando um incremento de 13,9% (R\$ 14,7 milhões), em razão

da realização do planejamento de manutenções corretivas e preventivas dos motogeradores e sistemas auxiliares, associada ao consumo de combustível, para todo o exercício de 2023.

Lucro Operacional (Lucro Antes do Resultado Financeiro): R\$ 157,7 milhões (R\$ 134,6 milhões, em 2022), com incremento de 17,2%, refletindo o período de disponibilidade de todo o exercício de 2023 e a margem de resultado positiva com a geração do último bimestre de 2023.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração para geração operacional de caixa, positiva de R\$ 172,4 milhões (R\$ 150,3 milhões, em 2022). Com evolução favorável de R\$ 22,1 milhões (14,7%), refletindo o aumento da ROL em razão do período de disponibilidade e do volume de geração de 2023.

Resultado Financeiro: superavitário de R\$ 67 mil (deficitário de R\$ 7,4 milhões, em 2022), em razão da receita financeira com aplicações e da acentuada redução dos encargos financeiros da dívida com a antecipação da quitação de financiamento.

Lucro Líquido: R\$ 133,6 milhões (R\$ 105,4 milhões, em 2022), variação positiva de 26,8%. Corresponde a uma margem de lucratividade líquida de 45,2% (40,9%, em 2022).

Contas a Receber: R\$ 54,7 milhões (R\$ 42,6 milhões, em 2022). Apresentando variação de R\$ 12,1 milhões (28,4%), em razão do saldo das faturas a vencer.

Capital de Giro: capital circulante líquido, positivo de R\$ 82,5 milhões (positivo de R\$ 52,5 em 2022). Apresentou evolução favorável de R\$ 30,0 milhões (57,1%), explicada principalmente pela quitação da dívida financeira.

Endividamento: dívida financeira líquida (empréstimos e financiamentos) foi R\$ 0,0 milhões (R\$ 47,9 milhões, em 2022), variação explicada pela quitação da dívida financeira em 2023.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$ 44,6 milhões em 2023 (R\$ 76,4 milhões, em 2022), decréscimo de 41,6%.

Remuneração aos Acionistas (Dividendos Pagos efetivamente): R\$ 117,4 milhões em 2023 (R\$ 38,5 milhões em 2022).

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como para cumprir os compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Camaçari (BA), 28 de março de 2024.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

São Francisco Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	2023	2022	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.573	76.434	Fornecedores	12	5.802	11.767
Contas a receber	5	54.675	42.556	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	47.925
Impostos a recuperar	6	40	40	Obrigações sociais e trabalhistas		1.585	551
Estoques	7	6.781	4.804	Obrigações tributárias	14	2.819	1.946
Outras contas a receber	11	2	897	Imposto de renda e contribuição social a recolher		7.596	5.082
				Outras contas a pagar		5.769	5.003
Total dos ativos circulantes		106.071	124.731	Total dos passivos circulantes		23.571	72.274
Não circulantes				Não circulantes			
Impostos a recuperar	6	338	490	Outras contas a pagar		1.609	783
Impostos diferidos		1.010	358				
Imobilizado	9	13.339	27.410				
Intangível	10	14	460	Total dos passivos não circulantes		1.609	783
Total dos ativos não circulantes		14.701	28.718				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	3.000	3.000
				Reservas de lucros	16	92.592	77.392
				Total do patrimônio líquido		95.592	80.392
Total dos ativos		120.772	153.449	Total dos passivos e do patrimônio líquido		120.772	153.449

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações - em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	17	295.815	257.995
Custos de operação e manutenção	18	<u>(120.730)</u>	<u>(105.981)</u>
Lucro bruto		175.085	152.014
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(17.470)	(16.734)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	<u>61</u>	<u>(709)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>157.676</u>	<u>134.571</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	2.782	6.996
Despesas financeiras	19	<u>(2.715)</u>	<u>(14.409)</u>
Total		<u>67</u>	<u>(7.413)</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>157.743</u>	<u>127.158</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(55.696)	(48.078)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	652	358
Incentivo fiscal do imposto de renda	20	30.950	25.975
Total		<u>(24.094)</u>	<u>(21.745)</u>
Lucro líquido líquido do exercício		<u>133.649</u>	<u>105.413</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:			
Acionistas controladores		118.948	93.818
Acionistas não controladores		<u>14.701</u>	<u>11.595</u>
		<u>133.649</u>	<u>105.413</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		44,550	35,138

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	133.649	105.413
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>133.649</u></u>	<u><u>105.413</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (Pejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)		3.000	398	-	5.673	-	9.071
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	105.413	105.413
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal		-	202	-	-	(202)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	28.492	-	(25.975)	2.517
Dividendos Adicionais 2021		-	-	-	(5.673)	-	(5.673)
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários 2022		-	-	-	-	(30.936)	(30.936)
Complemento de reserva de lucros retidos		-	-	-	48.300	(48.300)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16	<u>3.000</u>	<u>600</u>	<u>28.492</u>	<u>48.300</u>	<u>-</u>	<u>80.392</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	133.649	133.649
Destinação do lucro:							
Constituição de reservas de incentivo fiscal		-	-	30.950	-	(30.950)	-
Dividendos adicionais 2022		-	-	-	(48.300)	-	(48.300)
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários 2023		-	-	-	-	(70.149)	(70.149)
Destinação para reserva de retenção de lucros		-	-	-	32.550	(32.550)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16	<u>3.000</u>	<u>600</u>	<u>59.442</u>	<u>32.550</u>	<u>-</u>	<u>95.592</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		133.649	105.413
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	18	14.694	15.694
Valor residual na baixa de ativo imobilizado		3	-
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	13	1.456	12.929
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiame	13	1.085	1.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(653)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(12.119)	(17.025)
Adiantamentos a fornecedores		-	(23)
Estoques		(1.977)	(13.078)
Impostos a recuperar		(500)	36.486
Outras contas a receber		895	27.377
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(5.965)	(920)
Obrigações tributárias		23.683	(3.119)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.034	409
Outras contas a pagar		1.592	5.559
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>156.877</u>	<u>170.782</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(20.715)	(19.254)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.783)	(13.753)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		<u>134.379</u>	<u>137.775</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9 e 10	(180)	(2.618)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(180)</u>	<u>(2.618)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		(48.683)	(89.317)
Dividendos pagos		(117.377)	(38.500)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de financiamento		<u>(166.060)</u>	<u>(127.817)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(31.861)</u>	<u>7.340</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	76.434	69.094
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	44.573	76.434
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(31.861)</u>	<u>7.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A São Francisco Energia S.A. (“Companhia” ou “SFE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

Com a publicação da Resolução Normativa 827/2018, de 21/08/2018, a Aneel estabeleceu as regras definitivas para penalidade por falta de combustível na geração de energia termelétrica, compatibilizando-as com as penalidades previstas em contratos de fornecimento de combustível. Destaca-se que a SFE possui contrato de fornecimento de combustível firmado com a Refinaria de Mataripe S.A. após a publicação da citada Resolução Normativa, o qual tem vigência até o fim dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs).

A UTE Apoena entrou em operação comercial em setembro de 2009 e a UTE Guarani entre março e abril de 2010 e possuem prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2023, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs. Já a UTE Curumim opera desde 2002, tendo sido recontratada em 2006. Seu prazo de suprimento era até 31 de dezembro de 2025, tendo sido antecipado para 31 de janeiro de 2024, após ter sido deferida a rescisão amigável do contrato através do Despacho n.º 3.431 de 19 de setembro de 2023 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

1.1 Aquisição dos ativos UTE Guarani, Apoena e Curumim

A GPE participou, em 2021, de processo competitivo conduzido pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a venda exclusivamente dos ativos das Usinas Termoelétricas (UTES), localizadas em Camaçari/BA, e não de negócios, integrantes do “Projeto Goytacazes” e que constituíam o “Polo Camaçari”. Os ativos das Usinas eram de titularidade da Petrobras, totalmente operacionais. Esse processo fez parte do regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais,

previsto no Decreto 9.188/2017.

A GPE utilizou a subsidiária São Francisco Energia S.A. para adquirir os referidos ativos, que constituíram as antigas UTEs: Arembepe, atualmente Guarani; Muricy, atual Apoena; e Bahia I Camaçari, atual Curumim, por um montante total de R\$ 35.312, obtendo, assim, autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia (PIE), implantar e explorar as novas unidades termoelétricas Apoena, Guarani e Curumim, por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021.

Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar na região Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022. Em 2023, as UTEs Guarani, Apoena e Curumim injetaram no sistema 17.991 MWh. Com isso, a Companhia obteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, receita bruta de geração variável de R\$ 48.319, além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$ 281.542 (em 2022, receita variável R\$ 24.010 e receita fixa R\$ 263.113).

1.2 Continuidade operacional

As UTEs Apoena (151,7 MW) e Guarani (150,0 MW) foram contratadas no Leilão de Energia Nova n.º 002/2006 e a UTE Curumim (31,8 MW) foi contratada no Leilão de Energia Nova n.º 004/2006, ambos realizados pela Aneel. Como resultado desses leilões, as UTEs Apoena e Guarani firmaram um total de 30 CCEARs e a UTE Curumim firmou 24 CCEARs, todos com Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia.

Os responsáveis pela governança da Companhia e pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis entendem que existe incerteza futura em relação à continuidade de suas unidades geradoras de caixa (UGC), após o encerramento dos respectivos CCEARs. A expectativa da Administração é de possível descontinuidade operacional para as UGC das UTEs Apoena e Guarani em dezembro

de 2023 e UCG Curumim em janeiro de 2024, com possível desmobilização, alienação dos ativos e liquidação dos passivos a partir de cada descontinuidade operacional, proporcionando outras receitas de alienação de estoque e ativos fixos e despesas de remoção e retirada da propriedade de instalações inaproveitáveis.

A Administração analisou as principais rubricas do Balanço Patrimonial de modo a assegurar o cumprimento de todos os compromissos assumidos diante de provável descontinuidade operacional das unidades geradoras de caixa das UTEs Apoena e Guarani, após o encerramento dos CCEARs.

Contas a Receber

Os montantes a receber de energia são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas porque, não obstante a pequena relevância, não há histórico de perda nem qualquer perda esperada.

Estoque

Os principais itens de estoque estão registrados a valores abaixo do preço de mercado e serão alienados de forma planejada, buscando proponentes no mercado específico. A Administração vislumbra não haver perdas na realização do estoque considerando, sobretudo, a majoração dos valores (preços) no mercado nacional e internacional.

Impostos a Recuperar

Trata-se de crédito já constituído por meio de PerDcomp, com probabilidade de restituição em até cinco anos.

Outras Contas a Receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com o correspondente Passivo de P&D.

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado está sendo depreciado no prazo de vida útil econômica dos

bens ou de expectativa de operação das unidades, dos dois o menor, de modo que não restará valor residual após o término das operações.

Fornecedores

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até 31 de dezembro de 2025 ou até o encerramento dos CCEARs e respectivas autorizações de outorga das usinas, sem qualquer perspectiva de multas e/ou penalidades previstas. Eventuais saldos remanescentes serão irrelevantes.

Baseada em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas perante bancos, fornecedores e demais credores, pelas unidades geradoras de caixa que poderão ser descontinuadas, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas da Aneel, quando não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 8 de abril de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data

que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após essa data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional – Continuidade Operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do

próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional - Continuidade Operacional;
- NE n.º 9 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente avaliação do objetivo de manter um ativo financeiro em carteira e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Para os estoques, na aquisição foi considerado o valor constante das notas fiscais emitidas pela Petrobras na venda das peças, combustíveis, diesel e lubrificantes.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Para o ativo imobilizado, o valor justo foi apurado através da técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponíveis, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução Aneel n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. Deste modo, a depreciação dos bens das UTEs Apoena e Guarani estão limitados a 31 de dezembro de 2023 e da UTE Curumim até 31 de janeiro de 2024. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 9.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiro e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, conforme segue:

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do

balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 6 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2028 para a UTE Guarani, 6 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2027 para a UTE Apoena e 3 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2027 para a UTE Curumim.

O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na Lei de Incentivo Fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto n.º 6.180/07, artigo 1.º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema, informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia contratada por disponibilidade** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo

contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida, a recuperação de alguns custos.

- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que estão em conformidade com o contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

- (a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro

tributável.

Alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
---	--

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em 1.º de janeiro de 2023 ou após. A sua adoção não teve impacto significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2024:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações ao CPC 40	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações ao CPC 2	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”
Alterações à CPC 09	Demonstração do valor adicionado

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas listadas acima, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	10	16
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>44.563</u>	<u>76.418</u>
Total	<u>44.573</u>	<u>76.434</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 70% a 110% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (Em 2022, 70% a 110%).

5 Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a vencer	11.309	8.229
Valores a faturar	<u>43.366</u>	<u>34.327</u>
Total	<u>54.675</u>	<u>42.556</u>

As contas a receber correspondem ao fornecimento de energia elétrica para concessionárias, conforme CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, cujos valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência e os valores a vencer correspondem às faturas já emitidas, porém no prazo de vencimento.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram irrelevantes e controláveis.

6 Impostos a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS sobre ativo imobilizado	60	87
COFINS sobre ativo imobilizado	278	403
Outros	40	40
Total	<u>378</u>	<u>530</u>
Circulante	40	40
Não circulante	338	490
Total	<u>378</u>	<u>530</u>

7 Estoques

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Combustível	4.644	4.272
Almoxarifado de peças para manutenção	1.382	356
Outros estoques	755	176
Total	<u>6.781</u>	<u>4.804</u>

O ajuste de preço proveniente de aquisição destes ativos é amortizado na proporção do consumo.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram irrelevantes e controláveis.

8 Saldos e transações com partes relacionadas

SFE	Encargos Ref. incidentes	31/12/2023			31/12/2022		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Estoque</u>							
Companhia Energética Candeias	sem encargos	26.652	2.182	-	176	1.636	-
		26.652	2.182	-	176	1.636	-
<u>Mútuo</u>							
Global Participações em Energia S.A	(a) CDI+2,56%	-	-	-	-	-	1.541
Total		-	-	-	-	-	1.541
<u>Fornecedor</u>							
Global Engenharia Ltda	(b) sem encargos	-	1.799	(34.663)	-	3.196	(3.442)
Total		-	1.799	(34.663)	-	3.196	(3.442)

- (a) Mútuo ativo celebrado entre a São Francisco Energia S.A e a Global Participações em Energia S.A., tendo sido captado no dia 17 de março de 2022 o montante de R\$ 50.000, sem vencimento determinado, com encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,56% ao ano. Em 11 de julho de 2022, o contrato foi liquidado pela Global Participações em Energia S.A, na sua totalidade.
- (b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE12.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício de 2023 foram pagos R\$ 3.115, sendo R\$ 2.617 de remuneração fixa e R\$ 498 de remuneração variável (Em 2022, R\$ 1.237 referentes à remuneração fixa e R\$ 126 de remuneração variável). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

9 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Instalações	Total
Taxa de depreciação anual	-	3,6% (a)	1,8%(a)	3,8% (a)	1,7%(a)	(b)	3,9% (a)	
<u>Custo corrigido</u>								
Saldos em 01 de dezembro de 2021	2.953	1.849	45	26.571	222	-	1.596	33.236
Adições	142	152	68	2.026	97	-	133	2.618
Transferências	-	-	-	-	-	8.751	-	8.751
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.095	2.001	113	28.597	319	8.751	1.729	44.605
Adições	35	-	2	5	15	-	85	142
Baixa	-	-	-	-	(4)	-	(2)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.130	2.001	115	28.602	330	8.751	1.812	44.741
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldos em 01 de dezembro de 2021	-	(127)	(1)	(1.741)	(4)	-	(118)	(1.991)
Adições	-	(890)	(43)	(13.384)	(61)	-	(826)	(15.204)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(1.017)	(44)	(15.125)	(65)	-	(944)	(17.195)
Adições	-	(807)	(64)	(12.452)	(66)	-	(821)	(14.210)
Baixa	-	-	-	1	1	-	1	3
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(1.824)	(108)	(27.576)	(130)	-	(1.764)	(31.402)
Saldos Líquidos 31 de dezembro de 2023	<u>3.130</u>	<u>177</u>	<u>7</u>	<u>1.026</u>	<u>200</u>	<u>8.751</u>	<u>48</u>	<u>13.339</u>
Saldos Líquidos 31 de dezembro de 2022	<u>3.095</u>	<u>984</u>	<u>69</u>	<u>13.472</u>	<u>254</u>	<u>-</u>	<u>785</u>	<u>27.410</u>

- (a) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens limitada ao período dos contratos, quando for o caso, estando apresentados pela taxa média.
- (b) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item 8.

Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

Análise:

- Os ativos registrados encontram-se em pleno funcionamento atendendo as funções a que se destinam dentro das operações normais da Companhia;
- Não foram identificadas situações de obsolescência ou dano físico nos ativos;
- O valor contábil dos ativos líquidos não é maior do que o valor justo estimado pela Companhia como um todo, haja vista que foram adquiridos por valor consideravelmente inferior ao de mercado.

Com base nas premissas mencionadas, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia continuará a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

10 Intangível

	Taxas anuais de amortização	2023		2022	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido (não auditado)
Direito de uso de software	20%	384	(370)	14	167
Direito de contratos - clientes	45,7%	653	(653)	-	293
Total		1.037	(1.023)	14	460
Saldo em 01 de janeiro de 2022		950			
Amortização		<u>(490)</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2022		460			
Adições		38			
Amortização		<u>(484)</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		<u>14</u>			

Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas úteis finitas e foram mensuradas pelo custo e deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano

enquanto o direito de contratos, formado pelo custo de aquisição das usinas, está sendo amortizado à taxa de 45,7% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 31/12/2023 (Guarani e Apoena) e 31/12/2025 (Curumim).

11 Outras contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento a fornecedor	-	23
Adiantamento a funcionários	-	7
Despesas antecipadas	2	866
Outras Contas a Receber	-	1
Total	<u>2</u>	<u>897</u>

12 Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Amazonia Transportes	-	281
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	529	2.104
Global Engenharia Ltda (a)	1.799	4.348
Mam Engenharia Ltda	-	242
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	2.086	2.064
Simple Energy Comercializadora S.A.	-	1.906
Vibra Energia S.A.	645	696
Outros fornecedores	743	126
Total	<u>5.802</u>	<u>11.767</u>

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE8.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	2023	2022
Bradesco S.A. Debêntures (a)	dez/23	CDI +	-	49.010
(-) Custos de transação		2,56%a.a.	-	(1.085)
Subtotal			-	47.925
Total			-	47.925
Circulante			-	47.925
Não circulante			-	-
Total			-	47.925

- (a) Em 29 de novembro de 2021, foi assinado o contrato de emissão referente a 138.000 debêntures, emitidas na 1.ª emissão de série única, com o Banco Bradesco BBI S.A no valor de R\$ 1 cada, totalizando R\$ 138.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, por meio de pagamentos mensais após período de carência e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,56% ao ano. Entretanto, a liquidação do empréstimo foi realizada antecipadamente em 8 de março de 2023.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	59.214	77.772	136.986
Juros e variações monetárias provisionadas	12.929	-	12.929
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(13.753)	-	(13.753)
Amortização dos custos de captação	1.080	-	1.080
Transferências	77.772	(77.772)	-
Pagamentos de principal	(89.317)	-	(89.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	47.925	-	47.925
Juros e variações monetárias provisionadas	1.456	-	1.456
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(1.783)	-	(1.783)
Amortização dos custos de captação	1.085	-	1.085
Pagamentos de principal	(48.683)	-	(48.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-

14 Obrigações tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
INSS serviços de terceiros	162	126
PIS - Programa de integração social (a)	445	296
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	2.053	1.377
PIS/COFINS/CSLL retidos	108	105
ICMS e DIFAL	-	2
Outros tributos a recolher	<u>51</u>	<u>40</u>
Total	<u><u>2.819</u></u>	<u><u>1.946</u></u>

(a) As usinas de geração flexível foram despachadas apenas no último bimestre de 2023, ocasionando a variação nas contribuições.

15 Provisão para riscos

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há demandas judiciais classificadas como perda possível ou provável, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

16 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 3.000 (R\$ 3.000 em 2022) e estava representado por 3.000.000 ações ordinárias (em 2022, 3.000.000 ações ordinárias) e distribuído da seguinte forma:

Acionista	2022		2023	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	2.670.000	89,00%	2.670.000	89,00%
José Cordeiro de Almeida Neto	90.000	3,00%	90.000	3,00%
Valfredo de Assis Ribeiro Filho	90.000	3,00%	90.000	3,00%
Jarbas Rodrigues Benevides	15.000	0,50%	15.000	0,50%
José Celso Morais dos Santos Júnior	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Cassiano José Souza da Silva	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Eduardo José Andrade Freire de Lima	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Juliano Souza Matos	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Rodrigo Santana do Amaral	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Aderaldo Bruno Modesto de Menezes	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Antonio Raymundo Tavares Ferreira	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Ricardo França Ricciardi	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Alexandre Alves da Silva	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Mário Amora Ramos	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Total	<u>3.000.000</u>	<u>100</u>	<u>3.000.000</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Capital Social

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo no 202 da Lei n.º 6.404/76.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 2023 não foi constituída, pois o limite de 20% sobre o Capital Social já foi atingido; em 2022 havia sido constituída uma reserva legal de R\$ 202. Dessa forma, o saldo da reserva legal em 2023 permanece o mesmo de 2022, que é de R\$ 600.

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a destinação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$ 29.550. A assembleia deliberará sobre a destinação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	133.649	105.413
Média ponderada de ação por lote de mil	3.000	3.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>44,550</u>	<u>35,138</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	133.649	105.413
Reserva legal	-	(202)
Reserva Para Incentivos Fiscais	<u>(30.950)</u>	<u>(25.975)</u>
Base para dividendos	<u>102.699</u>	<u>79.236</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	25.675	19.809
Dividendos intermediários	<u>(70.150)</u>	<u>(30.936)</u>
Dividendos mínimos obrigatórios constituído	<u>-</u>	<u>-</u>

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2022 e 2023 está apresentado a seguir:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
2023			
AGOE de 03 de março de 2023	Dividendos adicionais 2022	48.300	16,100
RCA de 30 de março de 2023	JSCP 1º trimestre de 2023	1.588	0,529
RCA de 35 de abril de 2023	Dividendos Intercalares 1º trimestre/2023	16.000	5,333
RCA de 11 de julho de 2023	Dividendos Intermediários 2023	20.000	6,667
RCA de 10 de outubro de 2023	Dividendos Intercalares 2023	27.000	9,000
RCA de 22 de dezembro de 2023	JSCP 2022 e 2023	5.562	1,854
2022			
AGE de 28 de janeiro de 2022	Dividendos 2021	7.000	2,333
AGOE de 13 de abril de 2022	Dividendos intermediários 2022	18.000	6,000
RCA de 07 de julho de 2022	Dividendos intermediários 2022	13.500	4,500
Saldo dividendos a pagar 2021			1.891
Dividendos propostos referente a 2021			5.109
Dividendos Intermediários 2022			31.500
Dividendos pagos			(38.500)
Dividendos propostos referente a 2022			48.300
Dividendos Intermediários 2023			63.000
Juros sobre capital próprio de 2023			7.150
IRRF sobre juros sobre capital próprio			(1.073)
Dividendos pagos			(117.377)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2023			-

17 Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de venda de energia (a)	47.724	24.010
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	281.543	263.113
Deduções de venda		
PIS	(5.441)	(4.738)
COFINS	(25.060)	(21.821)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(2.951)	(2.569)
Total	<u>295.815</u>	<u>257.995</u>

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras. Variação ocasionada pela geração conforme explicado na NE 14.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

18 Custos e despesas por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(7.946)	(6.154)
Depreciação e amortização	(14.694)	(15.694)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(28.328)	(29.914)
Custos com manutenção e operação (a)	(76.333)	(61.289)
Arrendamentos e aluguéis	-	-
Custos e despesas com seguros	(1.372)	(2.010)
Despesas com viagens e comunicações	(259)	(260)
Serviços de terceiros	(2.758)	(3.264)
Assessoria e consultoria	(2.919)	(3.385)
Tributos	(2.213)	(1.617)
Outras despesas (receitas)	(1.317)	163
Total	<u>(138.139)</u>	<u>(123.424)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(120.730)	(105.981)
Despesas gerais e administrativas	(17.470)	(16.734)
Outras receitas operacionais, líquidas	61	(709)
Total	<u>(138.139)</u>	<u>(123.424)</u>

- (a) Refere-se a custos de manutenção e operação das três usinas adquiridas: Guarani, Apoená e Curumim. Além da operação para geração de energia, faz-se necessário realizar manutenções corretivas e preventivas.

Conforme explicado na NE n.º14, a Companhia foi despachada pelo ONS, gerando um aumento se comparado a 2022.

19 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.776	5.077
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	-	1.541
PIS e COFINS sobre receita financeira	(136)	(371)
Variações cambiais positivas	-	17
Outras receitas financeiras, líquidas	142	732
Subtotal	<u>2.782</u>	<u>6.996</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(1.456)	(12.929)
Amortização de custo de captação	(1.085)	(1.080)
Variações cambiais negativas	-	(22)
Outras despesas financeiras, líquidas	(174)	(378)
Subtotal	<u>(2.715)</u>	<u>(14.409)</u>
Total	<u><u>67</u></u>	<u><u>(7.413)</u></u>

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, está demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	157.743	127.158
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(53.633)	(43.234)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Adições (P&D, PLR e variação cambial)	(4.831)	(4.888)
Juros sobre capital próprio	2.431	-
Demais adições e exclusões	<u>337</u>	<u>44</u>
Subtotal	(55.696)	(48.078)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	30.950	25.975
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>652</u>	<u>358</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(24.094)</u>	<u>(21.745)</u>
Taxa Efetiva	15,27%	17,10%

- (*) Companhia possui projeto aprovado pela Sudene, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/2023		31/12/2022	
	CA	CA	VJR	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	44.573	76.434	-	Nível I
Contas a receber	54.675	42.556	-	Nível I
Outras contas a receber	2	874		Nível I
Total	99.250	119.864	-	
Passivos financeiros				
Fornecedores	5.802	11.767	-	Nível I
Empréstimos e financiamentos	-	-	47.925	Nível I
Outras Contas a Pagar	7.378	5.786	-	Nível I
Total	13.180	17.553	47.925	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a conformidade aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a conformidade com as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais com as distribuidoras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Cenário</u>	<u>Taxas</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Perda Estimada</u>	<u>Problema recuperação</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do CDI	13,30%	44.573	5.928	não
Contas a receber de clientes	Baixa do IGP-M	4,07%	54.675	2.228	não
Outras contas a receber	Baixa Selic	13,40%	2	-	não
Total			<u>99.250</u>	<u>8.156</u>	

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Cenário</u>	<u>Taxas</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual 12 meses</u>
Fornecedores	Alta do IPCA	5,42%	5.802	6.116
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,30%	-	-
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	-	-
Outras contas a pagar	Baixa Selic	13,40%	7.378	8.367
Total			<u>13.180</u>	<u>12.658</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo			
		Provável I (*)	Possível II 25%	Remoto III 50%		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%	
Passivo - Empréstimos e financiamentos									
Banco Bradesco S.A.	Alta do CDI	13,30%	16,63%	19,95%	-	-	-	-	
Total empréstimos e financiamentos					-	-	-	-	
Ativo - Aplicações financeiras									
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	13.629	15.442	14.988	14.535	
Banco XP Investimentos	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	30.037	34.032	33.033	32.034	
Banco do Nordeste do Bras	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	-	-	-	-	
Banco Itaú	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	897	1.016	986	957	
Total aplicações financeiras					44.563	50.490	49.007	47.526	
Total líquido					44.563	50.490	49.007	47.526	
* Fonte: Banco Santander					Efeito líquido no resultado	-	5.927	4.444	2.963

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esse mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a esses instrumentos.

22 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos firmados em montante anual estimado de R\$ 10.011, relacionados com:

- Encargos de distribuição de energia de R\$ 235, com vigência indeterminada;
- Operação e manutenção das usinas de R\$ 7.930, com vigência indeterminada; e
- Assessoria e gestão de R\$ 1.846, com vigência indeterminada.

23 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2023

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 12.085;

Exercício de 2022

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 24.644;
- Transferência de estoque para ativo imobilizado no montante de R\$ 8.751;
- Amortização de mútuo com dividendos a pagar no montante de R\$ 51.541.

Eventos subsequentes

- Em 31 de janeiro de 2024 assinatura dos distratos dos CCEARs da UTE Curumim;
- Em 5 de fevereiro de 2024 houve declaração de dividendos de R\$ 30.000.